



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

Ata nº 009 da Sessão Ordinária nº 009, de
19 de fevereiro de 2013.

1 Às nove horas do dia dezenove de fevereiro de dois mil e treze, na sede do Tribunal de Contas dos
2 Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes", sob a
3 Presidência da Conselheira **MARA LÚCIA**, presentes os Conselheiros **ROSA HAGE, DANIEL**
4 **LAVAREDA e ANTÔNIO JOSÉ**; Ausência justificada do Conselheiro **ALOÍSIO CHAVES, CEZAR**
5 **COLARES e JOSÉ CARLOS ARAÚJO**, bem como a presença da Procuradora do Ministério Público
6 junto ao TCM-PA, **MARIA REGINA CUNHA**, reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos
7 Municípios do Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do artigo 29 do Regimento
8 Interno desta Corte. Convocado o Auditor Alexandre Cunha em substituição ao Conselheiro José Carlos
9 Araújo, nos termos da Portaria nº 0246/2013. Convocada a Auditora Adriana Oliveira em substituição ao
10 Conselheiro Cezar Colares, nos termos da Portaria nº 0240/2013. Convocada a Auditora Márcia Costa
11 em substituição ao Conselheiro Aloísio Chaves, nos termos da Portaria nº 0202/2013. A seguir, a
12 Presidência deu início a Sessão, momento em que assim se manifestou: "havendo quorum, declaro
13 aberta a presente Sessão. Inspirai, Senhor, nossos atos neste Plenário, para que possamos decidir
14 sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria". Houve votação e aprovação das Atas das Sessões 004/13 e
15 005/13. Em sequência, apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento em que foram
16 anunciados os processos. **Processo nº 1230012003-00; Prefeitura Municipal de Santa Luzia do**
17 **Pará; Prestação de Contas de 2003; Responsáveis: Raimundo Nonato V. da Costa (período de**
18 **01.01.2003 a 17.10.2003) e Aldemir da Conceição Aires de Oliveira (período de 18.10.2003 a**
19 **31.12.2003); Auditor: Leonardo Macieira; Procuradora: Maria Regina Cunha; Relatora: Conselheira Rosa**
20 **Hage; Publicado no DOE nº 32.338, de 15.02.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério
21 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio
22 contrário a aprovação das contas, com remessa de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A
23 matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência
24 proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio
25 recomendando a Câmara Municipal de Santa Luzia do Pará, a não aprovação das contas da Prefeitura,
26 exercício 2003, de responsabilidade dos Srs. Raimundo Nonato V. da Costa, (período 01/01 a
27 17/10/2003) e Aldemir da Conceição Aires de Oliveira (período 18/10 a 31/12/2003), por estarem
28 irregulares, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual, e recolhimentos:
29 Ordenador Raimundo Nonato V. da Costa (Período: 01/01/2003 a 17/10/2003): - R\$-19.716,80
30 (dezenove mil, setecentos e dezesseis reais e oitenta centavos), equivalente a 30% da remuneração
31 anual do Gestor, pela não remessa do Relatório de Gestão Fiscal do 1º semestre e do período de 01/07



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

32 R\$-1.715.148,37 (hum milhão, setecentos e quinze mil, cento e quarenta e oito reais e trinta e sete
33 centavos), em razão da conta "Agente Ordenador", face as divergências de contabilização e pela não
34 prestação de contas do período de 01 /05 a 17/10/2003 (fls. 395); - R\$-1.615,07 (hum mil, seiscentos e
35 quinze reais e sete centavos) pelo pagamento a maior de remuneração. Ordenador Aldemir da
36 Conceição Aires de Oliveira (Período: 18/10/2003 a 31/12/2003): - R\$-2.139,96 (dois mil, cento e trinta
37 e nove reais e noventa e seis centavos), equivalente a 30% da remuneração anual do Gestor, pela não
38 remessa do Relatório de Gestão Fiscal do 2º semestre (18/10 a 31/12/2003); - R\$-3.777,17 (três mil,
39 setecentos e setenta e sete reais e dezessete centavos) pelo pagamento a maior de remuneração; - R\$
40 1.711,12 (hum mil, setecentos e onze reais e doze centavos) em razão da conta "Agente Ordenador",
41 decorrente de divergências de contabilização (fls. 395). Com impedimento do Auditor convocado
42 Alexandre Cunha. **Processo nº 1400022008-00; Câmara Municipal de Placas; Prestação de**
43 **Contas de Gestão – exercício de 2008; Responsável Reginaldo dos Santos Soares; 4ª Controladoria;**
44 **Procuradora Maria Regina Cunha; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães; Publicado no DOE**
45 **nº 32.336, de 08.02.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
46 posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas de Gestão. A matéria foi colocada
47 **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O
48 Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas da Câmara Municipal de Placas, exercício
49 de 2008, devendo ser expedido em favor de Reginaldo dos Santos Soares, o respectivo Alvará de
50 Quitação, no valor de R\$-505.918,24 (quinhentos e cinco mil, novecentos e dezoito reais e vinte e
51 quatro centavos). **Processos nº 1232042003-00 – 200716866-00; Fundo Municipal de**
52 **Educação de Santa Luzia do Pará; Prestação de Contas de 2003; Responsáveis Raimundo Nonato V.**
53 **da Costa (período de 01.01.2003 a 17.10.2003) e Aldemir da Conceição Aires de Oliveira (período de**
54 **18.10.2003 a 31.12.2003); Auditor Leonardo Macieira; Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva;**
55 **Relatora - Conselheira Rosa Hage; Publicado no DOE nº 32.338, de 15.02.2013.** Cumprindo
56 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela
57 não aprovação das contas, com remessa da cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi
58 colocada **em discussão.** A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a
59 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas do Sr. Raimundo Nonato
60 V. da Costa, referente ao período de 01/01 a 17/10/2003, e do Sr. Aldemir da Conceição Aires de
61 Oliveira, período de 18/10 a 31/12/2003, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público
62 do Estado, sem prejuízo do recolhimento, no prazo de 15 (quinze) dias, aos Cofres Públicos Municipais,
63 da seguinte importância: Ordenador Raimundo Nonato V. da Costa: R\$-1.309.502,98 (hum milhão,
64 trezentos e nove mil, quinhentos e dois reais e noventa e oito centavos), devidamente corrigida,



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

65 referente à conta "Agente Ordenador"; Ordenador Aldemir da Conceição Aires de Oliveira: R\$-61.573,76
66 (sessenta e um mil, quinhentos e setenta e três reais e setenta e seis centavos), devidamente corrigida,
67 referente à conta "Agente Ordenador". **Processos nº 0262132005-00 – 200608171-00; Serviço**
68 **Autônomo de Água e Esgoto do Município de Colares; Prestação de Contas de 2005; Responsável**
69 **Ivanito Monteiro Gonçalves; Auditores Daniel Lavareda e Adriana Cristina Dias Oliveira; Procuradora -**
70 **Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relatora – Auditora substituta de Conselheiro: Márcia Costa;**
71 **Publicado no DOE nº 32.337, de 14.02.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério
72 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação, com ressalvas, das
73 contas. A matéria foi colocada **em discussão**. A Relatora proferiu seu **VOTO**: "*pela aprovação, com*
74 *ressalva, das contas apresentadas pelo Sr. Ivanito Monteiro Gonçalves, responsável pelo Serviço Autônomo*
75 *de Água e Esgoto do Município de Colares, referentes ao exercício de 2005, em função do descumprimento*
76 *do disposto no art. 50, inciso II da LRF (não apropriação e recolhimento nos prazos legais da contribuição*
77 *previdenciária patronal) e art. 42 da lei nº 4.320/64 (remanejamento de dotação por meio de portaria e sem*
78 *autorização legal em lei específica). B) Aplicar ao responsável multa prevista no art. 57, inciso II da LOTCM*
79 *(LC nº 25/94), no valor de R\$2.001,00 (dois mil e um reais), pela remessa intempestiva da prestação de*
80 *contas do 1º (11 dias), 2º (28 dias) e 3º (69 dias) quadrimestres, face ao descumprimento do disposto no*
81 *art. 30, inciso II, alínea "a" do mesmo diploma legal, que deverá ser recolhida ao FUMREAP, instituído pela*
82 *Lei nº 7.368, de 29/12/09, no prazo de 30 (trinta) dias. C) Expedir ao ordenador, condicionado ao*
83 *recolhimento da multa aplicada, o correspondente Alvará de Quitação no valor de R\$50.437,24 (cinquenta*
84 *mil, quatrocentos e trinta e sete reais, e vinte e quatro e seis centavos)". **Em votação:** A Conselheira Rosa*
85 *Hage, o Conselheiro Daniel Lavareda, o Conselheiro Antônio José e o Auditor substituto de Conselheiro*
86 *Alexandre Cunha acompanharam a Relatora, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou a*
87 *Relatora, porém divergiu quanto a multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário,*
88 ***à unanimidade,*** decidiu pela aprovação, com ressalva, das contas apresentadas pelo Sr. Ivanito
89 Monteiro Gonçalves, responsável pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Colares
90 referentes ao exercício de 2005, em função do descumprimento do disposto no art. 50, inciso II da LRF
91 (não apropriação e recolhimento nos prazos legais da contribuição previdenciária patronal), e art. 42 da
92 Lei nº 4.320/64 (remanejamento de dotação por meio de portaria e sem autorização legal em lei
93 específica), com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-50.437,24 (cinquenta mil,
94 quatrocentos e trinta e sete reais e vinte e quatro centavos), **por maioria**, após o recolhimento de
95 multa prevista no art. 57, inciso II da LOTCM (LC nº 25/94), no valor de R\$-2.001,00 (dois mil e um
96 reais), pela remessa intempestiva da prestação de contas do 1º (11 dias), 2º (28 dias) e 3º (69 dias)
97 quadrimestres, face ao descumprimento do disposto no art. 30, inciso II, alínea "a" do mesmo diploma
98 legal, que deverá ser recolhida ao FUMREAP, no prazo de 30 (trinta) dias. Vencida a Conselheira Mara



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

99 Lúcia quanto a multa ao FUMREAP. Com impedimento da Auditora substituta de Conselheiro Adriana
100 Oliveira. **Processo nº 680042006-00 – 200704344-00; Serviço Autônomo de Água e Esgoto**
101 **do Município de Santa Izabel do Pará;** Prestação de Contas de 2006; Responsável Jair Carlos Lopes
102 da Rocha; Auditora Adriana Cristina Dias Oliveira; Procuradora Maria Regina Cunha; Relatora – Auditora
103 substituta de Conselheiro: Márcia Costa; **Publicado no DOE nº 32.337, de 14.02.2013.** Cumprindo
104 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela
105 aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão.** A Relatora proferiu seu **VOTO:** “*pela*
106 *aprovação das contas apresentadas pelo Sr. Jair Carlos Lopes da Rocha, responsável pelo Serviço Autônomo*
107 *de Água e Esgoto do Município de Santa Izabel do Pará, referentes ao exercício de 2006. B) Aplicar ao*
108 *responsável multa prevista no art. 57, inciso II da LOTCM (LC nº 25/94), no valor de R\$500,00, pela remessa*
109 *intempestiva da prestação de contas do 1º (21 dias) quadrimestre, face ao descumprimento do disposto no*
110 *art. 30, inciso II, alínea "a" do mesmo diploma legal, que deverá ser recolhida ao FUMREAP, instituído pela*
111 *Lei nº 7.368, de 29/12/09, no prazo de 30 (trinta) dias. C) Expedir ao ordenador, condicionado ao*
112 *recolhimento da multa aplicada, o correspondente Alvará de Quitação no valor de R\$1.030.828,49 (hum*
113 *milhão e trinta mil, oitocentos e vinte e oito reais, e quarenta e nove centavos)*”. **Em votação:** A
114 Conselheira Rosa Hage, o Conselheiro Daniel Lavareda, o Conselheiro Antônio José e o Auditor
115 substituto de Conselheiro Alexandre Cunha acompanharam a Relatora, na íntegra. A Conselheira Mara
116 Lúcia acompanhou a Relatora, porém divergiu quanto a multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a
117 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela aprovação das contas apresentadas pelo Sr. Jair
118 Carlos Lopes da Rocha, responsável pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Santa
119 Izabel do Pará, referente ao exercício de 2006, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-
120 1.030.828,49 (hum milhão, trinta mil, oitocentos e vinte e oito reais e quarenta e nove centavos), **por**
121 **maioria,** após o recolhimento de multa prevista no art. 57, inciso II da LO/TCM (LC nº 25/94), no valor
122 de R\$-500,00 (quinhentos reais), pela remessa intempestiva da prestação de contas do 1º (21 dias)
123 quadrimestre, face o descumprimento do disposto no art. 30, inciso II, alínea "a" do mesmo diploma
124 legal, que deverá ser recolhida ao FUMREAP, no prazo de 30 (trinta) dias. Vencida a Conselheira Mara
125 Lúcia quanto a multa ao FUMREAP. Com impedimento da Auditora substituta de Conselheiro Adriana
126 Oliveira. **Processo nº 201007119-00; Centro Social da Criança e do Adolescente Santa**
127 **Edwiges;** Prestação de Contas do Convênio nº 042/2009, firmado com a Fundação Papa João XXIII;
128 **Responsável Padre Vilmar Roecker;** 4ª Controladoria; Procuradora Maria Regina; Relator - Conselheiro
129 **Antônio José Guimarães;** **Publicado no DOE nº 32.335, de 07.02.2013.** Cumprindo dispositivo
130 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação
131 das contas do Convênio. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu
132 **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela aprovação da



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

133 prestação de contas do Centro Social da Criança e do Adolescente Santa Edwiges, referente ao
134 Convênio nº 042/2009, firmado com a Fundação Papa João XXIII-FUNPAPA/PMB, devendo ser expedido,
135 em favor do Padre Vilmar Roecker, o respectivo Alvará de Quitação no valor de R\$-15.400,00 (quinze mil
136 e quatrocentos reais). **Processo nº 200913368-00; Centro Comunitário Nossa Senhora do**
137 **Perpétuo Socorro; Prestação de Contas do Convênio nº 035/2009, firmado com a Fundação Papa**
138 **João XXIII; Responsável Maria de Fátima da Silva Macedo; 4ª Controladoria; Procuradora Maria Regina;**
139 **Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães; Publicado no DOE nº 32.335, de 07.02.2013.**
140 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
141 manifestou-se pela aprovação das contas do Convênio. A matéria foi colocada **em discussão**. O
142 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à**
143 **unanimidade**, decidiu pela aprovação da prestação de contas do Centro Comunitário Nossa Senhora
144 do Perpétuo Socorro, referente ao Convênio nº 035/2009, firmado com a Fundação Papa João XXIII-
145 FUNPAPA/PMB, devendo ser expedido, em favor de Maria de Fátima da Silva Macedo, o respectivo
146 Alvará de Quitação no valor de R\$-24.500,00 (vinte e quatro mil e quinhentos reais). **Processo nº**
147 **200913664-00; Centro Comunitário São Paulo; Prestação de Contas do Convênio nº 029/2009,**
148 **firmado com a Fundação Papa João XXIII; Responsável Damião Guilherme Galúcio; 4ª Controladoria;**
149 **Procuradora Maria Regina; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães; Publicado no DOE nº**
150 **32.335, de 07.02.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
151 posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas do Convênio. A matéria foi
152 colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a
153 **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação da prestação de contas do Centro
154 Comunitário São Paulo, referente ao Convênio nº 029/2009, firmado com a Fundação Papa João XXIII-
155 FUNPAPA/PMB, devendo ser expedido, em favor de Damião Guilherme Galúcio, o respectivo Alvará de
156 Quitação no valor de R\$-17.500,00 (dezessete mil e quinhentos reais). **Processo nº 200914224-00;**
157 **Centro Comunitário Nossa Senhora das Graças; Prestação de Contas do Convênio nº 028/2009,**
158 **firmado com a Fundação Papa João XXIII; Responsável João Rodrigues da Silva Neto; 4ª Controladoria;**
159 **Procuradora Maria Regina; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães; Publicado no DOE nº**
160 **32.335, de 07.02.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
161 posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas do Convênio. A matéria foi
162 colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a
163 **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação da prestação de contas da Centro
164 Comunitário Nossa Senhora das Graças, referente ao Convênio nº 028/2009, firmado com a Fundação
165 Papa João XXIII-FUNPAPA/PMB, devendo ser expedido, em favor de João Rodrigues da Silva Neto, o



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

166 respectivo Alvará de Quitação no valor de R\$-21.000,00 (vinte e um mil reais). **Processo nº**
167 **201212133-00; Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Marabá – IPASEMAR;**
168 Aposentadoria - Portaria nº 051/12, de 13.06.2012; Interessada Francisca Sousa Lima; Procuradora
169 Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda. Cumprindo dispositivo regimental, o
170 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro da
171 Portaria. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A
172 Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro da Portaria nº
173 051/2012, do Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Marabá - IPASEMAR,
174 que concede aposentadoria a servidora Francisca Sousa Lima, com proventos discriminados no ato.
175 **Processo nº 201119510-00; Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Marabá**
176 **– IPASEMAR; Aposentadoria - Portaria nº 068/2011; Interessada Natalina da Silva Miranda;**
177 Procuradora Maria Regina Cunha; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda. Cumprindo dispositivo
178 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente
179 ao registro da Portaria. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu
180 **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro da
181 Portaria nº 068/2011, do Presidente Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Marabá -
182 IPASEMAR, que concede aposentadoria a servidora Natalina da Silva Miranda, com proventos
183 discriminados no ato. Com impedimento do Auditor substituto de Conselheiro Alexandre Cunha.
184 **Processo nº 201213354-00; Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Marabá**
185 **– IPASEMAR; Aposentadoria- Portaria nº 054/2012; Interessada Maria Lima Silva; Procuradora Maria**
186 Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério
187 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro da Portaria.
188 A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência
189 proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro da Portaria nº 054/2012, do
190 Presidente Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Marabá - IPASEMAR, que concede
191 aposentadoria a servidora Maria Lima Silva, com proventos discriminados no ato. **Processo nº**
192 **201118946-00; Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Marabá – IPASEMAR;**
193 Aposentadoria- Portaria nº 061/11, de 01.11.2011; Interessada Maria das Dores Lima; Procuradora
194 Maria Regina Cunha; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda. Cumprindo dispositivo regimental, o
195 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro da
196 Portaria. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A
197 Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro da Portaria nº
198 061/2011, do Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Marabá – IPASEMAR,



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

199 que aposenta a servidora Maria das Dores Lima, com proventos discriminados no ato. Com
200 impendimento do Auditor substituto de Conselheiro Alexandre Cunha. **Processo nº 201212132-00;**
201 **Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Marabá – IPASEMAR;** Aposentadoria
202 -Portaria nº 041/12, de 01.06.2012; Interessado José Rodrigues da Guia; Procuradora Maria Regina
203 Cunha; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público
204 ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro da Portaria. A
205 matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou
206 a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro da Portaria Nº 041/2012, do Presidente
207 do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Marabá – IPASEMAR, que aposenta o servidor
208 José Rodrigues da Guia, com proventos discriminados no ato. Com impedimento do Auditor substituto
209 de Conselheiro Alexandre Cunha. **Processo nº 201211001-00; Instituto de Previdência dos**
210 **Servidores Municipais de Marabá – IPASEMAR;** Aposentadoria- Portaria nº 040/12, de
211 18.05.2012; Interessada Rosa Maria da Silva Rodrigues; Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva;
212 Relator - Conselheiro Daniel Lavareda. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou
213 seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao Registro. A matéria foi colocada **em**
214 **discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário,
215 **à unanimidade**, decidiu pelo registro da Portaria nº 040/2012, do Presidente do Instituto de
216 Previdência dos Servidores Municipais de Marabá – IPASEMAR, que aposenta a servidora Rosa Maria da
217 Silva Rodrigues, com proventos discriminados no ato. **Processo nº 201204258-00; Instituto de**
218 **Previdência dos Servidores Municipais de Marabá – IPASEMAR;** Aposentadoria - Portaria nº
219 006/2012; Interessado José Maria de Souza; Procuradora Maria Regina Cunha; Relator - Conselheiro
220 Daniel Lavareda. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento
221 dos autos e manifestou-se favoravelmente ao Registro. A matéria foi colocada **em discussão**. O
222 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à**
223 **unanimidade**, decidiu pelo registro da Portaria nº 006/2012, do Presidente do Instituto de Previdência
224 dos Servidores Municipais de Marabá - IPASEMAR, que concede aposentadoria ao servidor José Maria de
225 Souza, com proventos discriminados no ato. Com impedimento do Auditor substituto de Conselheiro
226 Alexandre Cunha. **Processo nº 201212131-00; Instituto de Previdência dos Servidores**
227 **Municipais de Marabá – IPASEMAR;** Aposentadoria- Portaria nº 048/2012; Interessada Raimunda
228 Gaudino Queiroz; Procuradora Maria Regina Cunha; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda. Cumprindo
229 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se
230 favoravelmente ao registro. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu
231 **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro da



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

232 Portaria nº 048/2012, do Presidente Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Marabá -
233 IPASEMAR, que concede aposentadoria a servidora Raimunda Gaudino Queiroz, com proventos
234 discriminados no ato. Com impedimento do Auditor substituto de Conselheiro Alexandre Cunha.
235 **Processo nº 201212130-00; Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Marabá**
236 **– IPASEMAR; Aposentadoria - Portaria nº 050/2012; Interessada Maria Albertina Silva Nascimento;**
237 **Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda.** Cumprindo dispositivo
238 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente
239 ao Registro. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A
240 Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro da Portaria nº
241 050/2012, do Presidente Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Marabá - IPASEMAR, que
242 concede aposentadoria a servidora Maria Albertina Silva Nascimento, com proventos discriminados no
243 ato. **Processo nº 201211000-00; Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de**
244 **Marabá – IPASEMAR; Aposentadoria - Portaria nº 039/12, de 18.05.2012; Interessada Maria Bárbara**
245 **Costa; Procuradora Maria Regina Cunha; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda.** Cumprindo dispositivo
246 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente
247 ao registro. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A
248 Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro da Portaria nº
249 039/2012, do Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Marabá – IPASEMAR,
250 que aposenta a servidora Maria Bárbara Costa, com proventos discriminados no ato. Com impedimento
251 do Auditor substituto de Conselheiro Alexandre Cunha. **Processo nº 201210999-00; Instituto de**
252 **Previdência dos Servidores Municipais de Marabá – IPASEMAR; Aposentadoria- Portaria nº**
253 **038/12, de 17.05.2012; Interessada Maria Vieira de Carvalho; Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da**
254 **Silva; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público
255 ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro. A matéria foi
256 colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a
257 **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro da Portaria nº 038/2012, do Presidente do
258 Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Marabá – IPASEMAR, que aposenta a servidora
259 Maria Vieira de Carvalho, com proventos discriminados no ato. **Processo nº 201214302-00;**
260 **Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Marabá – IPASEMAR; Aposentadoria-**
261 **Portaria nº 063/12, de 06.08.2012; Interessada Izabel dos Santos Silva da Luz; Procuradora - Chefe**
262 **Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda.** Cumprindo dispositivo regimental, o
263 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro. A
264 matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

265 a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro da Portaria nº 063/2012, do Presidente
266 do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Marabá – IPASEMAR, que aposenta a servidora
267 Izabel dos Santos Silva da Luz, com proventos discriminados no ato. **Processo nº 201214079-00;**
268 **Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Marabá – IPASEMAR; Pensão- Portaria**
269 **nº 061/2012; Interessados Mateus dos Santos Gurgel, Anna Karla dos Santos Gurgel e Samilly dos**
270 **Santos Gurgel, filhos do servidor Fernando Chaves Gurgel Filho; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator**
271 **- Conselheiro Daniel Lavareda.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
272 posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro. A matéria foi colocada **em**
273 **discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário,
274 **à unanimidade**, decidiu pelo REGISTRO da Portaria nº 061/2012-IPASEMAR, de 06.08.2012, do
275 Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Marabá- IPASEMAR, que concede
276 pensão por morte do servidor em atividade Fernando Chaves Gurgel Filho, a seus filhos, Mateus dos
277 Santos Gurgel, Anna Karla dos Santos Gurgel e Samilly dos Santos Gurgel, com provento mensal de R\$-
278 1.451,94 (mil quatrocentos e cinquenta e um reais e noventa e quatro centavos). **Processo nº**
279 **201212497-00; Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Marabá – IPASEMAR;**
280 **Pensão-Portaria nº 052/2012; Interessada Edileuza dos Santos Andrade, esposa do servidor José de**
281 **Sousa Andrade Filho; Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Daniel**
282 **Lavareda.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos
283 e manifestou-se favoravelmente ao Registro. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro
284 Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu
285 pelo registro da Portaria nº 052/2012-IPASEMAR, de 20.06.2012, do Presidente do Instituto de
286 Previdência dos Servidores Municipais de Marabá- IPASEMAR, que concede pensão à Edileuza dos
287 Santos Andrade, com o provento mensal de R\$-2.177,92 (dois mil cento e setenta e sete reais e noventa
288 e dois centavos). **Processo nº 201212129-00; Instituto de Previdência dos Servidores**
289 **Municipais de Marabá – IPASEMAR; Pensão-Portaria nº 043/2012; Interessada Fernanda Cardoso**
290 **Sobrinho, filha da servidora Eleuza Souza Cardoso; Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva;**
291 **Relator - Conselheiro Daniel Lavareda.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou
292 seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao Registro. A matéria foi colocada **em**
293 **discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário,
294 **à unanimidade**, decidiu pelo registro da Portaria nº 043/2012-IPASEMAR, de 04.06.2012, do
295 Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Marabá- IPASEMAR, que concede
296 pensão à Fernanda Souza Sobrinho, com provento mensal de R\$-730,85 (setecentos e trinta reais e
297 oitenta e cinco centavos). **Processo nº 201214080-00; Instituto de Previdência dos Servidores**



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

298 **Municipais de Marabá – IPASEMAR;** Pensão-Portaria nº 056/2012; Interessada Luciene Silva dos
299 Santos Will, esposa do servidor Carlos Will da Silva; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator -
300 Conselheiro Daniel Lavareda., o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-
301 se favoravelmente ao Registro. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu
302 seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo REGISTRO
303 da Portaria nº 056/2012-IPASEMAR, de 31.07.2012, do Presidente do Instituto de Previdência dos
304 Servidores Municipais de Marabá- IPASEMAR, que concede pensão à Luciene Silva dos Santos Will, com
305 provento mensal de R\$-646,01 (seiscentos e quarenta e seis reais e um centavo). **Processo nº**
306 **201107811-00; Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Marabá – IPA**
307 **Processo nº 201107811-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém –**
308 **IPAMB;** Aposentadoria -Portaria nº 0278/12, de 07.03.2012; Interessada Maria Pereira dos Santos;
309 Procuradora Maria Regina Cunha; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães. Cumprindo dispositivo
310 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente
311 ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A
312 Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro da Portaria nº
313 0278/12, de 07.03.12, que aposentou MARIA PEREIRA DOS SANTOS do quadro da Prefeitura Municipal
314 de Belém. **Processo nº 201114963-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de**
315 **Belém – IPAMB;** Aposentadoria - Portaria nº 1004/12, de 14.08.2012; Interessado Laércio Peralta
316 Bezerra da Silva; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães.
317 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
318 manifestou-se favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro
319 Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu
320 pelo registro da Portaria. **Processo nº 201104507-00; Instituto de Previdência e Assistência do**
321 **Município de Belém – IPAMB;** Aposentadoria - Portaria nº 0193/11, de 22.02.2011; Interessada
322 Antônia do Socorro Ramos Nunes; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Antônio José
323 Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos
324 autos e manifestou-se favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O
325 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**
326 **unanimidade**, decidiu pelo registro da Portaria. **Processo nº 201212251-00; Instituto de**
327 **Previdência do Município de Castanhal;** Aposentadoria- Portaria nº 045/12, de 19.06.2012;
328 Interessado Raimundo da Silva e Souza; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Antônio
329 José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos
330 autos e manifestou-se favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

331 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à
332 **unanimidade**, decidiu pelo registro da Portaria. Em seguida, houve inversão de pauta, com o
333 julgamento do processo de nº 32: **Processo nº 201217120-00; Câmara Municipal de Benevides;**
334 **Resolução nº 002, de 07.08.2012, que fixa os subsídios dos Vereadores, para a legislatura 2013/2016;**
335 **Interessado Antônio Roberto de Oliveira; Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator -**
336 **Auditor substituto de Conselheiro: José Alexandre Cunha Pessoa.** Cumprindo dispositivo regimental, o
337 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento da
338 Resolução. A matéria foi colocada **em discussão**. O Auditor substituto de Conselheiro proferiu o seu
339 **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pelo cadastramento
340 da Resolução. **Processo nº 201217380-00; Câmara Municipal de Garrafão do Norte; Lei**
341 **Municipal nº 001, de 28.07.2012, que fixa os subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários**
342 **Municipais, para a legislatura 2013/2016; Interessado Everaldo Akihyto Onuma de Oliveira; Procuradora**
343 **Maria Inez Gueiros; Relator - Auditor substituto de Conselheiro: José Alexandre Cunha Pessoa.**
344 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
345 manifestou-se pelo cadastramento da Lei. A matéria foi colocada **em discussão**. O Auditor substituto
346 de Conselheiro proferiu o seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**,
347 decidiu pelo cadastramento da Lei nº 001/2012. **Processo nº 201217989-00; Câmara Municipal**
348 **de Ourém; Lei Municipal nº 1.776, de 10.07.2012, que fixa os subsídios dos Vereadores, para a**
349 **legislatura 2013/2016; Interessado Valdemiro Fernandes Coelho Junior; Procuradora Maria Inez Gueiros;**
350 **Relator - Auditor substituto de Conselheiro: José Alexandre Cunha Pessoa.** Cumprindo dispositivo
351 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo
352 cadastramento da Lei. A matéria foi colocada **em discussão**. O Auditor substituto de Conselheiro
353 proferiu o seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pelo
354 cadastramento da Lei nº 1.776/2012. **Processo nº 201020860-00; Prefeitura Municipal de**
355 **Placas; Denúncia contra o Prefeito Maxweel Rodrigues Brandão, referentes aos exercícios financeiros**
356 **de 2009 e 2010; Interessado Nilson Lobo de Almeida – Vice-Prefeito do Município de Placas; 4ª**
357 **Controladoria; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator- Conselheiro Antônio José Guimarães.**
358 Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Relator proferiu seu voto pela juntada dos presentes
359 autos às prestações de contas dos exercícios de 2009 e 2010, para análise conjunta. A matéria foi
360 colocada **em discussão**. O Auditor substituto de Conselheiro proferiu o seu **VOTO**. A Presidência
361 proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela juntada dos presentes autos às
362 prestações de contas dos exercícios de 2009 e 2010, para análise conjunta, nos termos do voto do
363 Relator. Às dez horas e doze minutos, a Conselheira Rosa Hage assumiu à Presidência da Sessão. Em



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

364 seguida, houve inversão de pauta, com o julgamento dos processos de nº's 30 e 31: **Processo nº**
365 **201103088-00; Fundação Papa João XXIII;**Convênio nº 002/2011, firmado com a Fundação
366 Acolher; Interessada Carolina Araújo de Pinho Ferreira; Procuradora Maria Regina Cunha; Relatora
367 -Conselheira Mara Lúcia. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público retificou seu
368 posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao cadastramento do Convênio. A matéria foi
369 colocada **em discussão.** A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a
370 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do Convênio n.º 002/2011, firmado
371 entre a FUNDAÇÃO PAPA JOÃO XXIII e a FUNDAÇÃO ACOLHER, no valor de R\$ 120.600,00 (cento e
372 vinte mil e seiscentos reais), devendo o processo ser encaminhado para arquivo e posterior juntada a
373 correspondente prestação de contas, pelo CONVENIADO, conforme previsão expressa da Cláusula
374 Segunda, item II, alínea b, do referido ajuste. Com impedimento da Auditora substituta de Conselheiro
375 Márcia Costa. **Processo nº 201210267-00; Fundação Papa João XXIII;** Convênio nº 016/2012,
376 firmado com a Associação dos Amigos da Terra Firme; Interessada Roselêa dos Santos Teixeira;
377 Procuradora Maria Regina Cunha; Relatora - Conselheira Mara Lúcia. Cumprindo dispositivo regimental,
378 o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao
379 cadastramento do Convênio. A matéria foi colocada **em discussão.** A Conselheira Relatora proferiu seu
380 **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento
381 do Convênio nº 016/2012, firmado entre a FUNDAÇÃO PAPA JOÃO XXIII e a Associação dos Amigos da
382 Terra Firme, no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), devendo os autos serem encaminhados para
383 arquivo e posterior juntada a correspondente prestação de contas, pelo CONVENIADO, conforme
384 previsão expressa da Cláusula Segunda, item II, alínea b, do referido ajuste. Com impedimento da
385 Auditora substituta de Conselheiro Márcia Costa. Às dez horas e dezoito minutos, a Conselheira Mara
386 Lúcia retornou á Presidência da Sessão. **MATÉRIA ADMINISTRATIVA. DISTRIBUIÇÃO DE**
387 **PROCESSOS.** Relator - Auditor Substituto Sérgio Franco Dantas; 1) Processo nº 760012002-00;
388 Prefeitura Municipal de São Félix do Xingu; Prestação de contas de 2002. 2) Processo nº 760012003-00;
389 Prefeitura Municipal de São Félix do Xingu; Prestação de contas de 2003. 3) Processo nº 760012004-00;
390 Prefeitura Municipal de São Félix do Xingu; Prestação de contas de 2004. 4) Processo nº 1260012004-
391 00 (III vls); Prefeitura Municipal de Terra Santa; Prestação de contas de 2004. 5) Processo nº
392 1160022004-00; Câmara Municipal de Jacareacanga; Prestação de contas de 2004. 6) Processo nº
393 110022010-00; Câmara Municipal de Bagre;Prestação de contas de 2010. 7) Processo nº 124272003-
394 00; Fundo Municipal de Saúde de Baião; Prestação de contas de 2003. 8) Processo nº 201111815-00;
395 Fundo Municipal de Educação de Uruará; Recurso de revisão referente ao Processo nº 1062562002-00,
396 do exercício financeiro de 2002. 9) Processo nº 201200700-00; Liga Carnavalesca e Cultural da Ilha de



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

397 Cotijuba; Prestação de contas do Convênio nº 030/2011, firmado com a PMB/FUMBEL. 10) Processo nº
398 200916926-00; Prefeitura Municipal de Pacajá; Decretos que nomeiam Adenilza da Silva Teixeira e
399 outros, aprovados no Concurso Público nº 01/2008. 11) Processo nº 201208592-00; Instituto de
400 Previdência dos Servidores Municipais de Muaná; Aposentadoria de Maria do Socorro Ferreira Gomes.
401 12) Processo nº 201116836-00; Instituto de Previdência do Município de Portel; Aposentadoria de
402 Santina Nunes Pascoal. 13) Processo nº 201117510-00; Instituto de Previdência do Município de Portel;
403 Aposentadoria de Tereza Oliveira Leal Nogueira. 14) Processo nº 201104804-00; Instituto de
404 Aposentadorias e Pensões dos Servidores Públicos de Cachoeira do Arari; Aposentadoria de Maria
405 Ferreira Sampaio. 15) Processo nº 201117492-00; Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Servidores
406 Públicos de Cachoeira do Arari; Aposentadoria de Maria Izete Lopes da Serra. 16) Processo nº
407 201208811-00; Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Servidores Públicos de Cachoeira do Arari;
408 Aposentadoria de Irandir Ferreira Costa. 17) Processo nº 201208812-00; Instituto de Aposentadorias e
409 Pensões dos Servidores Públicos de Cachoeira do Arari; Aposentadoria de Guilherme Soares da Costa.
410 18) Processo nº 201207596-00; Instituto de Previdência do Município de Breves; Aposentadoria de
411 Lucinda de Oliveira e Souza. 19) Processo nº 201207597-00; Instituto de Previdência do Município de
412 Breves; Aposentadoria de Aluizio Rocha de Souza. 20) Processo nº 201207598-00; Instituto de
413 Previdência do Município de Breves; Aposentadoria de Maria de Lourdes Pacheco Rodrigues. 21)
414 Processo nº 201207601-00; Instituto de Previdência do Município de Breves; Aposentadoria de Alcides
415 da Costa Viana. 22) Processo nº 201019035-00; Instituto de Previdência dos Servidores do Município de
416 Curralinho; Aposentadoria de Domingos Souza Pantoja. 23) Processo nº 201019039-00; Instituto de
417 Previdência dos Servidores do Município de Curralinho; Aposentadoria de Maria Idenir Castro Pantoja.
418 24) Processo nº 201108053-00; Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Curralinho;
419 Aposentadoria de Manoel das Graças de Oliveira. 25) Processo nº 201108059-00; Instituto de
420 Previdência dos Servidores do Município de Curralinho; Aposentadoria de Maria Raimunda Batista de
421 Castro. 26) Processo nº 201202476-00; Instituto de Previdência dos Servidores do Município de
422 Curralinho; Aposentadoria de Maria de Fatima Sales Monteiro. 27) Processo nº 201202478-00; Instituto
423 de Previdência dos Servidores do Município de Curralinho; Aposentadoria de Maria Dias Novaes. 28)
424 Processo nº 201202483-00; Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Curralinho;
425 Aposentadoria de Maria Helena de Oliveira Firmino. 29) Processo nº 201208593-00; Instituto de
426 Previdência dos Servidores Municipais de Muaná; Pensão de Eurídice Farias dos Santos. 30) Processo nº
427 201203010-00; Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores Municipais de Cachoeira do Arari;
428 Pensão de Creuza Cristina Azevedo Avelar. 31) Processo nº 201212851-00; Instituto de Previdência do
429 Município de Breves; Pensão de Eliana da Silva Guedes. 32) Processo nº 201202412-00 (II vls);



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

430 Fundação Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira; Contratos temporários de Afonso Silva de Souza e
431 outros. 33) Processo nº 201204141-00; Fundação Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira; Contratos
432 temporários de Antonio Carlos Alves de Alencar e outros. 34) Processo nº 201206280-00; Fundação
433 Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira; Contratos temporários de Alcione do Socorro Souza Gomes e
434 outros. 35) Processo nº 201208932-00; Fundação Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira; Contratos
435 temporários de Cláudio José Passos da Silva e outros. **PALAVRA DOS CONSELHEIROS e MEMBRO**
436 **DO MINISTÉRIO PÚBLICO:** O Conselheiro Antônio José pediu a palavra e assim manifestou-se:
437 *"Presidente, nós temos assistido na posse dos novos Prefeitos, evidentemente aqueles que se reelegeram*
438 *não fazem isso e os que apoiaram o candidato eleito também não, mas nesse momento aqueles que se*
439 *elegeram e eram da oposição estão emitindo Decreto Municipal com dispensa de licitação por estado de*
440 *emergência. Como exemplo, trago aleatoriamente o de Anajás que declarou emergência por conta do surto*
441 *de malária. Outros prefeitos estão fazendo sem aparentemente ter motivo para declarar estado de*
442 *emergência. No caso de Anajás, o Decreto se destina a compra de medicamentos mas, eventualmente, não*
443 *vou dizer que o Prefeito vai fazer isso, mas pode usar esse Decreto de emergência para comprar merenda*
444 *escolar, por exemplo, diferente da motivação decretada. Então, a minha sugestão é a de solicitar à*
445 *Presidência, entendo que o Conselheiro Cezar Colares parece que hoje está fazendo um ofício da*
446 *Controladoria dele chamando a atenção disso para os Prefeitos, um ofício circular para os Prefeitos*
447 *informando que a regra é a de se fazer processo licitatório, em obediência a Lei nº 8666 e, esses decretos de*
448 *emergência, devem ficar restritos, efetivamente, nos casos em que tiver emergência a ser cumprida. É essa*
449 *sugestão que eu tinha para fazer".* A Conselheira Mara Lúcia assim manifestou-se: *"inclusive, em conversa*
450 *com o Conselheiro Cezar Colares, ele me colocou que alguns municípios, se não me engano Igarapé Mirim...."*
451 Manifestação do Conselheiro Antônio José: *"são muitos".* Manifestação da Conselheira Mara Lúcia: *"são*
452 *muitos, como Vossa Excelência anunciou. O fato da compra de medicamentos, tem uns que falam ..."*
453 Manifestação do Conselheiro Antônio José: *"citei como exemplo, não estou dizendo que ele está fazendo,*
454 *só citei como exemplo que ele decretou emergência por conta de um surto de malária e que depois não pode*
455 *comprar merenda escolar e outras coisas".* Manifestação da Conselheira Mara Lúcia: *"ai é que eu queria*
456 *chegar, pois existem outros municípios em que o decreto vem dizendo "e outros". O que será esse "e*
457 *outros"? Como no caso, por exemplo, estou colocando "compra de medicamentos e outros", fica complicado*
458 *definir o que é esse "e outros". Realmente essa é uma situação que temos que ver com cautela, porque o*
459 *que tem se visto, inclusive na imprensa, é que tem se colocado que a maioria dos municípios está como terra*
460 *arrasada, então isso está virando um motivo principal para que se comece a decretar esse estado de*
461 *emergência, mas nada que não tenha que vir no parâmetro legal, justificado, comprovado, porque a*
462 *legislação fala nesse sentido, de decretação de emergência, da ausência de.... Vou citar, mas não se trata do*
463 *caso concreto, o município de Belém que tem uma estrutura mais consistente, vimos que o próprio Ministério*
464 *Público está questionando no sentido de querer as informações para saber a real necessidade de decretar o estado de*



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

464 emergência e não seguir o rito processual da licitação. Então, realmente nós temos que ter cuidado. Já havia
465 conversado com o Conselheiro Cezar Colares, e gostaria de ouvir, ou seja aqui no plenário, ou em uma
466 reunião administrativa, para que possamos, em consenso, formalizar uma providência para que seja tomada
467 nesse sentido". Manifestação do Conselheiro Daniel Lavareda: "Senhora Presidente, estou de inteiro acordo
468 com a posição do Conselheiro Antônio José. Acho, também, como complemento, Conselheiro Antônio José,
469 que cada Conselheiro responsável pela instrução dos processos alerte ao seu corpo técnico para as despesas
470 que serão processadas nesse primeiro quadrimestre sobre esta justificativa de emergência. É o mais
471 importante a fazer de imediato, alertar os Ordenadores para parar essa sangria. O estado de emergência tem
472 critérios que devem ser estabelecidos, inclusive com laudo da defesa civil. Então, não é simplesmente
473 decretado de forma gratuita, é preciso primeiro fazer com que o nosso corpo técnico entenda que os
474 processos de dispensa e inexigibilidade declarados no e-contas sejam, primeiro, objetos de investigação nesse
475 primeiro quadrimestre, investigação legal, com a verificação dos elementos necessários que fundamentaram
476 aquela dispensa. Só o ofício, Conselheiro Antônio José, não vai impedir ao final o que Vossa Excelência
477 gostaria que impedisse, que é a despesa processada ilegalmente. Por isso, Senhora Presidente, sugiro que se
478 faça também um alerta às nossas Controladorias". Manifestação do Conselheiro Antônio José: "não tenho
479 previamente nenhuma questão de fundo nisso. O que eu quero é chamar a atenção para isto que está
480 acontecendo. Tem prefeito que sem motivo aparente só porque recebeu o caixa zerado quer decretar o
481 estado de emergência, isso não é motivação. Estado de emergência é emergência como o nome está
482 dizendo. O que eu queria é que se tomasse uma posição a respeito disso". Manifestação do Conselheiro
483 Daniel Lavareda: "deveria ser elaborado de forma concreta, através do DAM, com a posição do Tribunal
484 acerca da caracterização do estado de emergência para autorizar a dispensa de licitação, fundamentada no
485 art. 24, IV da Lei de Licitações, com os requisitos obrigatórios e apresentação do documentos necessários
486 para que a despesa seja considerada legal". Manifestação da Auditora Adriana Oliveira: "recentemente tive
487 notícias do que tem ocorrido em outros Tribunais sobre o tema. Me chamou atenção, apenas como relato de
488 boas práticas, pois não presido uma controladoria, e a minha manifestação tem essa conotação prática. É
489 interessante, pelo menos três Tribunais de Contas tem feito ou um ato de alerta, ou um ato normativo
490 exatamente solicitando no encaminhamento dessa decretação de emergência, as comprovações já descritas
491 pelo Conselheiro Daniel Lavareda, exatamente nesse sentido, para que não se chegue ao caso do que
492 aconteceu com o Piauí. O TCE do Piauí não tomou essa atitude, preventivamente, e agora foi obrigada a
493 instalar um grupo de fiscalização para que quando as contas sejam analisadas, eles já não tenham se
494 utilizado desse decreto de emergência. Então, me parece salutar a iniciativa de tratar esse assunto
495 institucionalmente, já que eu recebi essa semana a notícia da edição desses Atos". Após, a Presidência
496 declarou **ENCERRADA** a presente Sessão às dez horas e quarenta e nove minutos da qual foi lavrada a
497 presente Ata. Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em dezenove de
498 fevereiro de dois mil treze.



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

Visto:


Robson Figueiredo do Carmo

Secretário Geral


Conselheira Vice Presidente **Mara Lúcia**

Presidente da Sessão


Conselheira **Rosa Hage**

Presidente da Sessão